

7ª Edição - 2007

EXAME



C N A I



Prova de Qualificação Técnica Geral

NOME:

Nº DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 19/2007

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova de Qualificação Técnica Geral

Use como rascunho as páginas finais no final deste caderno. As mesmas não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento da Folha de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma alternativa em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais alternativas.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas e as folhas de respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

A Folha de Respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do candidato qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada na folha de respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO CANDIDATO DA SALA DE PROVA SOMENTE
APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 04 (quatro) alternativas, e 02 (duas) questões dissertativas.

Havendo algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. Quanto à utilização de trabalhos de especialistas pelo auditor independente, pode-se afirmar que o especialista:**
 - a) não pode ser contratado pelo auditor independente.
 - b) pode ser empregado da entidade auditada.
 - c) não pode ser empregado do auditor independente.
 - d) deve ser contratado pela entidade auditada.

- 2. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, qual das ações a seguir deve ser aplicada visando impedir o risco de perda da objetividade e do ceticismo do auditor?**
 - a) promover a rotação do pessoal de liderança da equipe de auditoria a intervalos menores ou iguais a cinco anos consecutivos.
 - b) promover a rotação do pessoal de liderança e da equipe de auditoria a intervalos menores ou iguais a três anos consecutivos.
 - c) exigir o cumprimento do intervalo mínimo de um ano para o retorno do pessoal de liderança à equipe.
 - d) exigir o cumprimento do intervalo mínimo de dois anos para o retorno do pessoal de liderança à equipe.

- 3. Uma empresa de capital fechado do ramo de construção civil, por deliberação de seus controladores, tendo em vista o plano de abertura de capital previsto para ocorrer em 2008, decidiu pela primeira vez contratar auditores independentes. Para tanto, convidou dez auditores independentes (pessoas jurídicas e físicas) selecionados pelos registros do Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e do Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), para apresentação de propostas de auditoria das Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005 (já publicadas), e do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2007, fixando uma condição válida para todos os auditores selecionados: as únicas informações disponíveis a eles nessa etapa seriam as Demonstrações Contábeis já publicadas, além de outros dados contemplados no *site* da empresa, de livre acesso pelo público em geral.**

Considerando as Resoluções CFC nºs. 821/97 e 1.034/05, que aprovaram a NBC P1 (Normas Profissionais de Auditor Independente) e a NBC P1.2 (Independência), respectivamente, e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assinale a alternativa correta em relação ao texto acima.

- a) o auditor independente pode aceitar o trabalho e deve apresentar a sua proposta, acatando as condições impostas pela empresa contratante e os dados acessíveis pela internet, registros do comércio, entre outros, buscados de fontes externas à entidade. Nesse caso, ele considera que o grau de prudência requerido foi alcançado, pois já dispõe de conhecimentos preliminares das atividades da entidade, ainda que não tenham sido discutidas/confirmadas na administração, além de outros aspectos associados, como complexidade das operações e grau de exigência requerido do auditor independente em face dos objetivos definidos pela empresa, estrutura organizacional, políticas de governança corporativa etc., que poderiam ser obtidos durante a realização dos trabalhos de auditoria, caso venha a ser contratado.
- b) o auditor independente pode aceitar o trabalho e apresentar proposta, considerando que, na sua condição de prestador de serviços de consultoria à entidade (planejamentos tributários cujos resultados são a referência principal para a sua remuneração final, além de serviços de reavaliações de bens do imobilizado para fins de registro contábil da mais valia dos bens e também de avaliações de acervo patrimonial a valor de mercado, para fins de processo de fusão e incorporação de empresas), ele possui as informações essenciais para a realização do trabalho de auditoria independente (atividades, complexidade das operações, estrutura organizacional e políticas de governança corporativa já adotadas pela empresa). Portanto, as restrições de informações impostas pela administração aos demais auditores não se aplicam a ele.
- c) o auditor independente pode aceitar o trabalho e apresentar proposta, já que tem os conhecimentos necessários da entidade em face de sua condição de prestador de serviços de auditoria interna (desde o exercício de 2000), estando devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Instituto de Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e pretendendo registrar-se, também, na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), oportunamente. Portanto, não se vê impedido pela restrição de acesso às informações colocadas pela administração da entidade e nem pelo fato de seu funcionário, encarregado dos serviços da auditoria interna na entidade, desde o início do relacionamento, ter sido indicado, em 2002, na sua condição de contador, atuando presentemente como perito em processo judicial movido pela empresa contra um concorrente.
- d) o auditor independente, devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com todas as avaliações internas e externas realizadas com relação às questões de independência, nos termos das normas profissionais e em conexão com a solicitação de serviços, pode aceitar o convite e formular proposta preliminar, a qual deverá necessariamente ser complementada quando obtiver os dados adicionais (conhecimento preliminar das atividades e sua complexidade, da estrutura organizacional e dos sistemas de controles internos, da política de governança corporativa e sua confirmação/avaliação na administração). Ademais, considerando o objetivo do trabalho, deve enfatizar, em sua proposta, os aspectos que podem limitar e afetar o resultado do seu trabalho, o tipo de parecer, entre outros aspectos requeridos pelas normas profissionais, além da sua limitação para fins de cálculo dos honorários e sua apresentação.

4. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, devem ser excluídas das Demonstrações Contábeis consolidadas as entidades controladas que se encontrem nas seguintes situações:

- a) com efetivas e claras evidências de perda de continuidade e cujo patrimônio seja avaliado, ou não, a valores de liquidação.
- b) quando haja possibilidade de venda por parte da controladora, em futuro próximo, mesmo que ainda não tenha efetiva e clara evidência de realização devidamente formalizada.
- c) cujas operações não mantenham semelhança com as operações da entidade controladora.
- d) que encerrem seus exercícios sociais com mais de 60 dias de diferença da data do encerramento da controladora.

5. Com base em Instruções específicas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o ativo fiscal diferido, decorrente de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias:

- a) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que haja expectativa de geração de lucros tributáveis futuros pelo prazo definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de cinco anos, e desde que tenha obtido lucro tributável em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais.
- b) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de três anos.
- c) deve ser reconhecido, total ou parcialmente, desde que exista histórico de lucratividade e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, definido em estudo técnico de viabilidade que permita a realização do ativo fiscal diferido em um prazo máximo de dez anos.
- d) não deve ser reconhecido contabilmente, independentemente da existência de expectativa de geração de resultados tributáveis futuros, pois fere o Princípio do Conservadorismo.

6. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, caso seja observado na execução de procedimentos específicos de auditoria que o auditor independente constatou que o nível de risco é maior que o previsto na fase de planejamento, o nível de relevância preliminarmente estabelecido:

- a) deve ser aumentado.
- b) deve ser reduzido.
- c) não se altera.
- d) depende das circunstâncias e dos aspectos qualitativos que determinaram o aumento do nível de risco.

7. **A companhia ABC adquiriu em 30 de novembro de 2006, por R\$ 25.000.000, a totalidade das ações representativas do capital social da sociedade XYZ, que se apresentava com passivo a descoberto de R\$ 15.000.000 nessa mesma data. Considerando: (i) a informação anterior; (ii) o laudo de avaliação emitido por especialistas independentes o qual evidencia o valor econômico da investida com base em rentabilidade futura; (iii) o disposto na Instrução CVM nº 247/96; e (iv) o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, indique a alternativa correta:**
- a) o ágio na aquisição do investimento, no valor de R\$ 40.000.000, é correspondente à diferença entre o saldo inicial da equivalência patrimonial e o custo de aquisição. Assim, o investimento total é representado pelo valor efetivo pago e deve ser assim demonstrado no grupo dos investimentos.
 - b) o ágio na aquisição do investimento, no valor de R\$ 25.000.000, deve ser apresentado no grupo de investimentos e amortizado de acordo com o prazo esperado de retorno, como definido no respectivo laudo de avaliação, não-superior a 10 (dez) anos.
 - c) o valor total do investimento, de R\$ 25.000.000, é representado pelo ágio pago. Simultaneamente ao registro do ágio, contabilizou-se provisão para perdas calculada sobre o passivo a descoberto da investida em contrapartida do exigível a longo prazo.
 - d) o ágio, representado pelo valor pago na aquisição do investimento, de R\$ 25.000.000, lançado em rubrica própria em investimentos, deve ser assim mantido enquanto não-amortizado. O eventual acréscimo do passivo a descoberto da investida, nos períodos e exercícios subseqüentes à aquisição, deve ser objeto de provisão para perdas na controladora, com registro no resultado em contrapartida do exigível a longo prazo (mesma conta que registrou a equivalência inicial).
8. **A companhia XYZ encontra-se em processo de descontinuidade das operações e o auditor independente, para a emissão do seu parecer, avaliou que os fatos determinantes dessa situação não foram adequadamente revelados e divulgados pela sua Administração.**

Nessas condições, considerando-se que a Administração da companhia não elaborou as Demonstrações Contábeis mediante a adoção de práticas contábeis aplicáveis a empresas em regime de descontinuidade operacional, bem como não apresentou planos de negócios com vistas a sua recuperação, qual deverá ser a decisão do auditor independente relacionada com a emissão do seu parecer?

- a) incluir parágrafo de ênfase, relatando a incerteza quanto à continuidade das operações.
- b) incluir parágrafo de ênfase, no qual fundamentará as razões que o levaram a emitir uma opinião adversa, em decorrência da falta de divulgação dos fatos por parte da administração.
- c) emitir parecer com opinião adversa, destacando a não-preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis aplicáveis e omissão de divulgações relevantes em notas explicativas.
- d) emitir parecer com abstenção de opinião, evidenciando a omissão de divulgações relevantes em notas explicativas.

- 9. Implantados em dezembro de 2000 pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, o Novo Mercado e os Níveis Diferenciados de Governança Corporativa – Nível 1 e Nível 2 – são segmentos especiais de listagem que foram desenvolvidos com o objetivo de proporcionar um ambiente de negociação que estimulasse, ao mesmo tempo, o interesse dos investidores e a valorização das Companhias. Em relação a essa afirmação, indique a alternativa correta:**
- a) esses segmentos especiais de listagem destinam-se a empresas que venham a abrir o capital e que se comprometam, obrigatoriamente, a adotar níveis mínimos de divulgações de informações ao mercado, sobretudo Demonstrações Contábeis especiais de acordo com distintas práticas contábeis (locais e internacionais, por exemplo).
 - b) a adesão ao Novo Mercado é obrigatória para as novas empresas que forem listadas na BOVESPA e concretiza-se com a assinatura de um contrato entre a Companhia, seus controladores, administradores e a Bolsa. Em caso de rescisão do contrato por parte da Companhia, ela se desobriga dos compromissos assumidos e, nesse caso, como compensação, os acionistas investidores terão o direito de receber uma oferta pública de aquisição (OPA) por suas ações, no mínimo, pelo valor econômico ou pelo contábil, dos dois o maior.
 - c) entre os requisitos para a listagem no Novo Mercado de empresas que venham a abrir o capital ou que tenham apenas ações ordinárias ou que possam, no caso de existência de ações preferenciais, convertê-las em ações ordinárias, obrigatoriamente, destacam-se: (i) em caso de venda do controle acionário, o comprador estenderá a oferta de compra a todos os demais acionistas, assegurando-se equidade de tratamento; (ii) Conselho de Administração formado por cinco membros e mandato de, no máximo, dois anos; (iii) a Companhia não deve ter partes beneficiárias; (iv) Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia e Consolidado; (v) abertura da posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5% do capital social, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.
 - d) o Novo Mercado e os demais segmentos se comprometem, obrigatoriamente, com práticas de governança corporativa adicionais em relação ao que é exigido pela regulamentação societária brasileira. O Nível 1 contempla tanto as regras de transparência e de dispersão acionária estabelecidas para o Novo Mercado quanto para o Nível 2, assim como a obrigatoriedade de divulgação de demonstrativos contábeis em padrão internacional (IFRS ou US GAAP), além das mesmas classes de ações do Novo Mercado.

10. Considerando as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, principalmente a NBC T 11.4 – Planejamento da Auditoria, aprovada pela Resolução CFC nº. 1035/05, indique a alternativa incorreta:

- a) as informações e as condições para a elaboração do planejamento de auditoria incluem: conhecimento das atividades da entidade, fatores econômicos, legislação aplicável, práticas operacionais da entidade, competência da administração, práticas contábeis adotadas, sistema contábil e de controle interno, áreas importantes da entidade, volume de transações, complexidade das transações, entidades associadas, filiais e partes relacionadas, trabalhos de outros auditores independentes, especialistas e auditores internos, natureza, conteúdo e oportunidade dos pareceres e relatórios e exigências e prazos estabelecidos por órgãos reguladores.
- b) o conhecimento das atividades da entidade e as suas características operacionais são fundamentais para a identificação dos riscos de auditoria, os quais são definidos como a possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre Demonstrações Contábeis significativamente incorretas, independentemente da caracterização de erro ou fraude. Assim, a análise dos riscos de auditoria deve ser feita na fase de planejamento dos trabalhos, considerando a relevância em dois níveis: (i) em nível geral, considerando as Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto, bem como as atividades, a qualidade da administração, a avaliação do sistema contábil e de controles internos e a situação econômica e financeira da entidade; e (ii) em níveis específicos, relativos aos saldos das contas ou natureza e volume das transações.
- c) quando for realizada uma auditoria, pela primeira vez, na entidade, ou quando as Demonstrações Contábeis do exercício anterior tenham sido examinadas por outro auditor independente, devem-se observar alguns cuidados especiais, incluindo, necessariamente, a revisão dos papéis de trabalho do auditor independente antecessor, uma vez autorizada pela administração da entidade auditada.
- d) o auditor independente deve ter em conta que o planejamento da auditoria é um processo contínuo que se inicia na fase de avaliação para a contratação dos serviços. Nessa etapa, devem ser levantadas as informações necessárias para conhecer o tipo de atividade da entidade, a sua complexidade, a legislação aplicável, os relatórios, o parecer e os outros informes a serem emitidos para, assim, determinar a natureza do trabalho a ser executado. Ademais, muitas informações que compõem o planejamento definitivo para determinado período são confirmadas durante os trabalhos de campo, o que implica a necessidade de o auditor independente revisá-lo e ajustá-lo à medida que for executando os trabalhos.

11. O Auditor Independente que pretenda emitir parecer de auditoria para companhia aberta deve manter registro profissional, obrigatoriamente:

- a) no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON).
- b) no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

- c) no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), no Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- d) no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Banco Central do Brasil (BCB).

12. De acordo com a Instrução CVM nº 308/99, é vedado ao Auditor Independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência do CFC, em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo, exceto:

- a) reavaliação de ativos.
- b) determinação de valores para efeito de constituição de provisões ou reservas técnicas e de provisões para contingências.
- c) emissão de laudos de avaliação a valor contábil.
- d) remodelamento dos sistemas contábil, de informações e de controle interno.

13. A Companhia Beta, sociedade de capital fechado, apresenta a seguinte demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2006:

Contas Operações	Capital	Reservas de Capital	Reserva de avaliação	Reservas de lucros (legal)	Lucros acumulados
Saldos em 1º/1/2006	100.000	132.000	165.000	10.000	0
Realização da reserva de reavaliação			(20.000)		20.000
Incentivos fiscais do imposto de renda		25.000			
Subscrição e integralização de ações, com ágio	100.000	90.000			
Lucro líquido do exercício					80.000
Saldos em 31/12/2006 antes da destinação dos lucros	200.000	247.000	145.000	10.000	100.000

Com base na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, considerando que o estatuto não prevê percentual de distribuição de dividendos distinto da legislação societária, assinale a resposta que corresponda à proposta de destinação do lucro do exercício:

- a) reserva legal de R\$ 16.000; dividendos obrigatórios de R\$ 16.000; e retenção de lucros de R\$ 48.000.
- b) reserva legal de R\$ 4.000; dividendos obrigatórios de R\$ 24.000; e retenção de lucros de R\$ 72.000.
- c) reserva legal de R\$ 4.000; dividendos obrigatórios de R\$ 48.000; e retenção de lucros de R\$ 48.000.
- d) reserva legal de R\$ 10.000; dividendos obrigatórios de R\$ 26.250; e retenção de lucros de R\$ 43.750.

14. Assinale a alternativa incorreta. De acordo com a Deliberação CVM nº 488/05, as entidades cujas Demonstrações Contábeis são elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil devem divulgá-las de forma clara nas notas explicativas. Caso não as atendam integralmente, as notas explicativas devem divulgar com clareza essa limitação. Em geral, uma apresentação adequada exige a:

- a) seleção e a aplicação de práticas contábeis adotadas no Brasil, nos termos da Deliberação CVM nº 506/2006 Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros.
- b) divulgação das práticas contábeis usadas e as informações incluídas em notas explicativas, que devem ser utilizadas para retificar, como de fato retificam, a aplicação de práticas contábeis inadequadas.
- c) divulgação de informações materiais confiáveis, comparáveis e compreensíveis.
- d) divulgação adicional suficiente para permitir que os usuários entendam o impacto de transações ou eventos específicos sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa (ou origens e aplicações de recursos) da entidade, considerando sua essência econômica.

15. As informações trimestrais, que incluem o balanço patrimonial, a demonstração de resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, são objetos de uma revisão especial por auditores independentes de acordo com a Resolução CFC nº 678/90 e Instrução CVM nº. 118/90. Assinale a circunstância que requer modificação no Relatório de Revisão Especial das Informações Trimestrais (ITRs) emitido pelo Auditor Independente:

- a) falta de respostas de circularização de clientes e instituições financeiras.
- b) falta de aplicação de testes de comprovação de transações.
- c) falta de observação das contagens físicas dos estoques realizadas no trimestre.
- d) omissão de informações relevantes nas notas explicativas.

16. De acordo com a Deliberação CVM nº 193/96, que trata da contabilização de juros e demais encargos financeiros decorrentes do financiamento de ativos em construção ou produção, os juros incorridos referentes a financiamentos obtidos de terceiros não podem ser ativados se relacionados à:

- a) produção da indústria naval (longo prazo).
- b) unidade fabril em operação.
- c) instalação e desenvolvimento de nova linha de produção.
- d) unidade fabril em construção.

17. Considerando as disposições da Instrução CVM nº 247/96, assinale a alternativa incorreta:

- a) o valor contábil do investimento em coligada e controlada abrange o custo de aquisição mais a equivalência patrimonial e o ágio não-amortizado, deduzido do deságio não-amortizado e da provisão para perdas.
- b) é relevante o investimento quando o valor contábil do investimento em cada coligada for igual ou superior a 10% do patrimônio líquido da investidora.
- c) um exemplo de evidência de influência na administração da coligada é o poder de eleger ou de destituir um ou mais administradores.
- d) é coligada a sociedade quando uma participa com 10% ou mais do capital social da outra, sem controlá-la.

18. Conforme a Lei nº 6.404/76, companhia aberta que tiver mais de 30% do valor do seu patrimônio líquido representado por investimentos em sociedades controladas deverá elaborar e divulgar, juntamente com suas Demonstrações Contábeis, demonstrações consolidadas.

- a) a afirmativa acima é correta.
- b) a afirmativa acima é incorreta.
- c) a afirmativa acima é incorreta, devido o percentual indicado ser de 20%.
- d) a afirmativa acima é incorreta, devido o percentual de 30% referir-se ao valor de seus investimentos em coligadas e controladas.

19. Conforme a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, são critérios de avaliação do ativo, exceto:

- a) ao custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando este for inferior, para os direitos que tiverem por objeto mercadorias e produtos do comércio da companhia, assim como matérias-primas, produtos em fabricação e bens em almoxarifado.
- b) ao custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão, para os direitos classificados no imobilizado.
- c) a amortização, em prazo não-superior a 5 anos, a partir do início da operação normal ou do exercício em que passem a ser usufruídos os benefícios decorrentes dos recursos aplicados no ativo diferido.
- d) ao custo de aquisição ou valor de mercado, se este for menor, excluídos os já prescritos e feitas as provisões adequadas para ajustá-lo ao valor provável de realização, para os direitos e os títulos de crédito e quaisquer valores mobiliários não-classificados como investimentos.

20. Com base na Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, assinale a alternativa incorreta. A companhia poderá pagar dividendos à conta de:

- a) lucro líquido do exercício.
- b) reservas de capital no caso das ações ordinárias.
- c) lucros acumulados.
- d) reservas de lucros.

21. A Companhia ABC desembolsou R\$ 32 milhões na operação de lançamento de novas ações ao público ocorrida no primeiro semestre de 2007. Esses gastos foram realizados com o registro da companhia na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a elaboração de prospectos, os relatórios, os honorários profissionais, as publicações legais, a publicidade, a comissão dos intermediários financeiros e outros. A administração, com base na opinião do Contador da Companhia e no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/07, decidiu que esses gastos deveriam ser:

- a) reconhecidos como despesa no resultado do exercício em que foram incorridos.
- b) lançados em “Despesas Antecipadas” para apropriação ao resultado no período de três anos.
- c) reconhecidos em conta retificadora da(s) rubrica(s) na qual foram registrados os montantes aportados no “Patrimônio Líquido”.
- d) reconhecidos no “Ativo Diferido” e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

22. O auditor independente concluiu não ser praticável obter evidência de auditoria adequada e suficiente (embora fosse esperado obtê-la em condições normais) com relação ao custo de um ativo, que tem ou pode ter efeito significativo sobre as Demonstrações Contábeis. Diante desse fato, obtém uma declaração da administração sobre o custo desse ativo. Indique a alternativa correta, de acordo com as Normas de Auditoria aplicáveis:

- a) o auditor, nas circunstâncias, pode aceitar a declaração da administração como base para a emissão de seu parecer não-modificado (sem ressalva), desde que formalizada na carta de representação da administração.
- b) o auditor deve tratar tal incerteza em parágrafo de ênfase do seu parecer não-modificado.
- c) o auditor deve considerar que a impraticabilidade na obtenção da evidência de auditoria caracteriza-se como uma limitação no escopo de seu trabalho, a qual não pode ser mitigada pela declaração da administração e, assim, deve abster-se de emitir opinião sobre aquele ativo e os possíveis efeitos nas Demonstrações Contábeis.
- d) o auditor deve mencionar o fato em seu parecer emitido na condição de "sujeito a" confirmação da declaração dos administradores da entidade.

23. A Lei nº 6.404/76 determina que pequenos saldos poderão ser agregados nas Demonstrações Contábeis, desde que sejam identificados:

- a) como "Outras Contas" e não ultrapassem 0,2 (dois décimos) do valor do respectivo grupo de contas.
- b) como "Diversas Contas" e não ultrapassem 0,2 (dois décimos) do valor do respectivo grupo de contas.
- c) como "Contas-Correntes" cujos saldos sejam irrelevantes em relação às contas ativas/passivas.
- d) pela sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas.

24. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA prevista na NBCT 3.7 é uma informação importante para os usuários das Demonstrações Contábeis e destinada a demonstrar de forma concisa:

- a) a geração de caixa, os desembolsos, os investimentos, além de medir a qualidade da gestão financeira da administração.
- b) os dados e as informações do valor da riqueza gerada pela entidade em determinado período e sua distribuição.
- c) a geração de lucros visando ao pagamento de opções aos administradores da companhia, bem como à participação dos empregados nos lucros.
- d) a geração da riqueza e a medição da eficiência dos recursos financeiros da companhia aplicados no ciclo operacional.

25. De acordo com o Ofício Circular CVM nº 01/2007, o ajuste a valor presente de direitos e obrigações é uma prática contábil aceitável quando:

- a) todos os elementos integrantes do ativo ou passivo de longo prazo são ajustados, bem como todos os ativos e passivos de curto prazo.
- b) todos os elementos integrantes do ativo ou passivo de longo prazo são ajustados; havendo efeitos relevantes, devem também ser ajustados os ativos e passivos de curto prazo.
- c) todos os elementos integrantes do ativo ou passivo, exceto os saldos das contas com partes relacionadas, são ajustados; havendo efeitos relevantes, devem também ser ajustados os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo.
- d) todos os elementos integrantes do ativo ou passivo são ajustados. Os ativos e passivos de curto prazo, embora relevantes, não devem ser ajustados considerando a proximidade de sua realização/liquidação.

26. A Companhia ABC (capital aberto) possui duas controladas (Alpha e Beta, ambas de capital fechado), sendo que os acionistas decidiram pela realização de uma reavaliação do ativo imobilizado da Beta, tendo em vista que esta controlada encontrava-se com passivo a descoberto e o banco de desenvolvimento do seu Estado somente aprovaria um financiamento para empresa com patrimônio líquido positivo. Com relação a essa decisão e observando-se a Deliberação CVM nº 183/95, assinale a resposta incorreta:

- a) a Companhia ABC e a controlada Alpha podem proceder à reavaliação do ativo imobilizado.
- b) caso a Companhia ABC não venha a proceder à reavaliação do imobilizado, deverá esta determinar a sua controlada, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial e consolidação, as mesmas práticas contábeis por ela adotadas.
- c) é aceitável para a Companhia ABC que sua controlada Beta efetue reavaliação, considerando a existência de ativos da mesma natureza ou da mesma conta, sendo parte avaliados ao custo e parte a valor de mercado.
- d) a Companhia ABC exigiu que o laudo de avaliação utilizado por Beta indicasse a vida útil remanescente dos ativos reavaliados que estavam sujeitos a desgaste físico, tendo sido atendido pela empresa especializada emissora do laudo.

27. A Companhia Alfa, para efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial em sua controlada, procedeu à eliminação do lucro não-realizado na controlada de transações efetuadas entre elas. Demonstramos a seguir os valores envolvidos na data de 31 de dezembro de 2006:

	R\$
Patrimônio líquido da controlada	2.400
Lucro não-realizado	500
Valor contábil do investimento antes da equivalência	600
Percentual de participação no capital	- 50%

Com base nos dados acima mencionados e levando-se em consideração a Instrução CVM nº 247/96, determine o novo valor contábil do investimento após a aplicação do método de equivalência patrimonial:

- a) R\$ 950.
- b) R\$ 1.075.
- c) R\$ 850.
- d) R\$ 700.

28. Considerando a Instrução CVM nº 319/99, que dispõe sobre as operações de incorporação, fusão e cisão de companhia aberta, assinale a alternativa que não representa o exercício abusivo do poder de controle:

- a) favorecimento de uma ou outra classe de ação no processo de substituição das ações dos acionistas controladores.
- b) aproveitamento direto ou indireto, pelo controlador, do valor do ágio pago na aquisição do controle de companhia aberta no cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas não controladores.
- c) assunção pela companhia, como sucessora legal, de forma direta ou indireta, de endividamento associado à aquisição do próprio controle.
- d) avaliação da totalidade dos dois patrimônios a preços de mercado, nas operações de incorporação de companhia aberta por sua controladora.

29. A rotatividade na prestação de serviços de auditoria independente em companhias abertas, como regulada pela Instrução CVM nº 308/99, significa que:

- a) o auditor independente pode prestar serviços de auditoria independente a uma mesma companhia mantendo-se a equipe por prazo superior a 5 (cinco) anos.
- b) o auditor independente pode prestar serviços de consultoria para uma mesma companhia aberta na qual presta serviços de auditoria independente, após 2 (dois) anos de relacionamento.
- c) o auditor independente não pode prestar serviços de auditoria independente para uma mesma companhia aberta por prazo superior a 5 (cinco) anos consecutivos, sendo exigido um prazo de 3 anos para que possa ser recontratado.
- d) a empresa de auditoria independente deve substituir a equipe de auditoria que atua na prestação de serviços de companhia aberta a cada 5 (cinco) anos.

30. A Companhia aberta ABC, localizada em São Paulo, incorporou uma empresa “veículo” constituída pela sua controladora BETA para receber o valor do investimento e do ágio pago na aquisição da ABC adquirida em 2000. O ágio apurado no valor de R\$ 25 milhões, fundamentado com base em rentabilidade futura, foi contabilizado em conta específica do ativo diferido, conforme dispõe a Instrução CVM nº 319/99. A Instrução CVM nº 349/01 alterou o procedimento contábil anterior, possibilitando às companhias resultantes da incorporação a constituição de provisão na incorporada da diferença entre o valor do ágio e do benefício fiscal (IRPJ e CSSL) decorrente da sua amortização, apresentada como redução da conta em que o ágio foi registrado. Considerando (i) que a Companhia ABC adotou esse procedimento; (ii) que nenhuma amortização tinha ocorrido até aquele momento; (iii) que a empresa está sujeita à adicional do IRPJ, determine o valor dos benefícios fiscais compensáveis registrados no ativo, relacionados à operação de incorporação, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2001 da ABC:

- a) R\$ 8.500.000.
- b) R\$ 6.000.000.
- c) R\$ 25.000.000.
- d) R\$ 6.250.000.

31. A companhia aberta Alpha apresentou em 31 de dezembro de 2006 lucro líquido do exercício de R\$ 60 milhões. O estatuto da companhia determina o pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, de acordo com a Lei nº 6.404/76, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. Um acionista minoritário protocolou na sede da companhia um pedido à Diretoria para pagar nesse exercício um dividendo de 50%, tendo em vista que o lucro do exercício excedeu as expectativas e o orçamento da companhia divulgado durante uma apresentação aos acionistas no início do ano.

A Diretoria, com base nos arts. 193 e 202 da Lei nº 6.404/76, propôs dividendos de:

- a) R\$ 14.250.000.
- b) R\$ 15.000.000.
- c) R\$ 28.500.000.
- d) R\$ 30.000.000.

32. Na conclusão dos trabalhos para emissão do parecer de auditoria sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da companhia ABC, que incluem uma controlada atravessando uma crise financeira significativa, levantou-se a questão de um possível problema com a recuperação de valores dos ativos, além de a controlada estar incorrendo em prejuízos recorrentes e apresentar deficiência no capital de giro e passivo a descoberto. A administração, com base nos estudos e nos planos de negócio, entendeu que essa situação será revertida a médio prazo e evidenciou esses fatos nas notas explicativas. Diante dessas circunstâncias e considerando que o auditor independente concorda com o entendimento da administração da companhia, o seu parecer sobre as Demonstrações Contábeis deve ser emitido:

- a) com ressalva.
- b) com abstenção de opinião.
- c) com parágrafo de ênfase.
- d) com ressalva e com parágrafo de ênfase.

33. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, considerando-se os fatores que devem ser levados em conta para se determinar o prazo de vida útil de um ativo, é correto afirmar que:

- a) o uso esperado do ativo não deve ser avaliado com base na capacidade esperada ou na produção física do ativo, mas sim na qualidade do ativo em questão.
- b) o desgaste físico esperado não depende de fatores operacionais, como o número de turnos durante os quais o ativo será usado, mas somente do programa de reparo e manutenção, inclusive enquanto estiver ocioso.
- c) a obsolescência tecnológica resultante de mudanças ou aperfeiçoamentos na produção ou mudanças na demanda no mercado pelo produto ou serviço produzido pelo ativo é fator determinante no estabelecimento do prazo de vida útil de um ativo.
- d) os limites legais ou semelhantes sobre o uso do ativo, tais como datas de expiração dos respectivos arrendamentos, permissões de exploração ou concessões, não podem influenciar a determinação da vida útil de um ativo.

34. A limitação na extensão do trabalho do auditor independente pode, às vezes, ser imposta pela administração da entidade. Qual das situações a seguir não pode ser considerada uma limitação imposta pela administração?

- a) a existência de Demonstrações Contábeis de controladas ou coligadas, representativas de investimentos relevantes, não-auditadas por auditores independentes.
- b) a existência de estoques relevantes no exterior.
- c) registros contábeis inadequados.
- d) solicitação de saldos e/ou informações dos devedores, credores ou outras fontes externas, diretamente pelo diretor financeiro da entidade, para serem utilizados pelo auditor no seu trabalho, sem a possibilidade de aplicação de procedimentos alternativos.

35. Quando o auditor emitir parecer com ressalva, adverso ou com abstenção de opinião, ele deve, exceto:

- a) quantificar os efeitos dos fatos sobre as Demonstrações Contábeis, em parágrafo de ênfase.
- b) incluir clara descrição de todas as razões que fundamentaram seu parecer.
- c) quantificar os efeitos dos fatos sobre as Demonstrações Contábeis, se praticável.
- d) apresentar as circunstâncias que geraram a modificação do parecer em parágrafo específico, antes do parágrafo da opinião.

36. Sobre o reconhecimento prospectivo dos efeitos de mudança em estimativa contábil de que trata a NBCT 19.11, podemos afirmar que:

- a) refere-se às mudanças de estimativas que afetam somente os exercícios futuros.
- b) corresponde à correção de erros.
- c) é aplicável a transações, outros eventos e circunstâncias, a partir de sua ocorrência.
- d) refere-se às mudanças de estimativas que afetam somente o exercício corrente.

37. De acordo com a NBC T 19.12, os eventos subseqüentes à data do balanço são aqueles que ocorrem:

- a) entre o encerramento do exercício e a data da publicação das Demonstrações Contábeis.
- b) entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.
- c) entre a data do balanço e a data da aprovação das Demonstrações Contábeis pela assembléia.
- d) entre o encerramento do exercício e a entrega do parecer de auditoria à entidade auditada.

38. De acordo com a NBC T 11.15, qual dos procedimentos a seguir deve ser executado pelo Auditor Independente com respeito aos passivos não-registrados e às contingências:

- a) indagar e discutir com os componentes da equipe de auditoria a respeito das políticas e dos procedimentos adotados para identificar, avaliar e contabilizar e/ou divulgar os passivos não-registrados e as contingências.
- b) obter, mesmo que verbalmente, da administração uma breve descrição das contingências na data de encerramento das Demonstrações Contábeis.
- c) obter representação formal dos consultores jurídicos, de que todas as contingências potenciais ou ainda não-formalizadas, relevantes, estão divulgadas nas Demonstrações Contábeis.
- d) examinar os documentos em poder do cliente vinculados aos passivos não-registrados e às contingências, incluindo correspondências e faturas de consultores jurídicos.

39. Entre as divulgações de informações requeridas pelo Novo Mercado instituído pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), não se inclui a seguinte:

- a) nas Informações Trimestrais destinadas ao cumprimento de norma específica da Comissão de Valores Imobiliários (CVM): das Demonstrações Contábeis consolidadas, dos fluxos de caixa consolidado, da abertura da posição acionária de qualquer acionista que detiver mais de 5% do capital social, da quantidade e características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos controladores, membros do conselho de administração, diretores e membros do conselho fiscal, relatório de revisão especial emitido por auditor independente, e informação da existência e vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.
- b) nas Informações Adicionais nas DFPs (Demonstrações Financeiras Padronizadas): demonstrações dos fluxos de caixa da companhia e do consolidado, discriminadas em fluxos de operação, dos financiamentos e dos investimentos referentes ao exercício findo, bem como, no Relatório da Administração, a informação da existência e vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.
- c) nas IANs (Informações Anuais): a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da companhia detidos pelos grupos de controladores, membros do conselho de administração, diretores e membros do conselho fiscal e a respectiva evolução dessa posição em relação aos 12 meses anteriores e informação da existência e vinculação à cláusula compromissória de arbitragem.
- d) nos documentos e informações citados nas letras anteriores, a composição, os direitos das ações preferenciais e os respectivos prazos previstos para conversão em ações ordinárias, evidenciando a sua distribuição entre os grupos controladores, os membros do conselho de administração, os diretores e os membros do conselho fiscal, além da elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis ou demonstrações consolidadas, conforme previsto nos padrões internacionais de contabilidade, aceitando-se o IFRS ou US GAAP, com prazo de carência de 2 anos, divulgação dos contratos firmados com partes relacionadas, cujos valores, em um único contrato ou em contratos sucessivos, atinjam os fixados no Regulamento de Listagem.

40. A demonstração das mutações do patrimônio líquido da empresa ABC, em 31.12.2006, apresentava a seguinte situação, antes da destinação do lucro líquido do exercício no montante de R\$ 325.000:

	R\$
Capital social	500.000
Reserva de ágio na emissão de ações	20.000
Reserva oriunda de prêmio na emissão de debêntures	20.000
Reserva de doações e subvenções para investimentos	20.000
Reserva de reavaliação de bens imóveis	355.000
Reservas para aumento de capital	40.000
Reserva legal	85.000

De acordo com os preceitos da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, a empresa deverá constituir reserva legal para o exercício de 2006. Assinale a alternativa que indica o valor correto da reserva a ser constituída:

- a) deverá, obrigatoriamente, ser constituída reserva legal de R\$ 16.250, equivalente a 5% do lucro líquido do exercício.
- b) não deverá ser constituída reserva legal.
- c) poderá ser constituída reserva legal de R\$ 16.250.
- d) deverá, obrigatoriamente, ser constituída reserva legal de R\$ 15.000.

41. De acordo com a NBC T 10.1, a qual trata dos empreendimentos de execução em longo prazo, quando o estágio de um empreendimento for determinado com base no critério de custos contratuais incorridos:

- a) os que refletem o trabalho executado devem ser alocados nos custos acumulados, incluindo os prejuízos esperados e, no caso de entidades imobiliárias (NBC T 10.5), o preço do terreno e os gastos necessários à sua aquisição e regularização.
- b) devem ser alocados como custos contratuais incorridos aqueles referentes à atividade futura operacional recorrente, desde que estimáveis.
- c) os pagamentos feitos a subcontratados a título de adiantamentos por conta de serviço devem, necessariamente, ser alocados como custos incorridos.
- d) os custos orçados, cuja receita correspondente tenha sido recebida, devem ser alocados nos custos incorridos acumulados.

42. A Instrução CVM nº 381/03 dispõe que as entidades auditadas deverão divulgar informações relacionadas à prestação, pelo auditor independente ou por partes relacionadas com o auditor independente, de qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Com relação a essa divulgação compulsória, assinale a alternativa incorreta.

- a) a data da contratação, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.
- b) o valor total dos honorários contratados e o seu percentual em relação aos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa.
- c) a política ou os procedimentos adotados pela companhia para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes.
- d) o comitê de auditoria ou o conselho fiscal formalizará seu entendimento das razões pelas quais a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos auditores independentes.

43. Qual, entre as alternativas abaixo, não infringe o Código de Ética Profissional do Contabilista:

- a) remunerar profissional atuando como intermediário na identificação e na captura de clientes para prestação de serviços de auditoria independente, mediante percentual variável sobre o valor dos honorários cobrados.
- b) assinar parecer de auditoria realizada por outro auditor independente, habilitado e devidamente registrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), como forma de superar a limitação de prazo na rotação do líder da equipe de auditoria prevista na NBC P1.2.
- c) encaminhar para protesto título emitido contra cliente de auditoria independente, relativo a honorários por serviços prestados, em virtude do não-pagamento motivado pela emissão de parecer com negativa de opinião.
- d) informar ao cliente sobre a não-aplicação de procedimentos de auditoria pelo auditor independente responsável pela auditoria do exercício anterior, com o objetivo de desvalorizá-lo.

44. Uma entidade de auditoria independente de pequeno porte vem examinando as Demonstrações Contábeis de empresa de capital fechado há 5 (cinco) anos e, por isso, está obrigada a proceder à rotação dos líderes da equipe de auditoria. Todavia, a entidade de auditoria não tem como fazer essa rotação uma vez que sua equipe é diminuta. Com base nas Normas Brasileiras de Contabilidade, qual decisão é requerida dessa entidade?

- a) renunciar à continuidade do trabalho de auditoria independente.
- b) submeter seu trabalho à revisão por outro auditor independente durante os próximos 3 (três) anos.
- c) suspender a prestação de serviços por 1 (hum) ano.
- d) admitir mais um auditor qualificado no seu quadro para atender exclusivamente àquele cliente.

45. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs, as Demonstrações Contábeis de uma entidade que tenha filial em um país cuja economia não seja hiperinflacionária devem ser convertidas para a moeda brasileira, conforme diversos procedimentos previstos nas NBCs. Assinale a alternativa correta.

- a) a diferença entre o resultado líquido convertido para a moeda nacional e o apurado na moeda funcional deve ser registrada diretamente em conta específica de equivalência patrimonial na demonstração do resultado do exercício.
- b) os ativos e passivos devem ser mantidos na data de encerramento do balanço pela taxa histórica, quando as taxas de câmbio não apresentarem volatilidade.
- c) as contas do patrimônio líquido devem ser mantidas pelo saldo histórico e a diferença entre as taxas históricas e a taxa de câmbio de fechamento deve ser demonstrada diretamente como ajuste de conversão na demonstração do resultado do exercício.
- d) as receitas e despesas devem ser convertidas pelas taxas de câmbio das transações ou pela taxa de câmbio média do período, quando essas não apresentarem grande volatilidade.

46. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs, a consolidação das Demonstrações Contábeis requer a adoção de diversos procedimentos. Assinale a alternativa correta:

- a) quando o percentual de participação da controladora no capital da controlada variar durante o exercício, o resultado da controlada deve ser incluído integralmente no resultado consolidado.
- b) quando uma das entidades controladoras passar a exercer, direta ou indiretamente, o controle da entidade sob controle conjunto, a controladora final deve passar a consolidar integralmente os elementos do patrimônio da controlada.
- c) as Demonstrações Contábeis das entidades controladas, para fins de consolidação, devem ser levantadas na mesma data ou até, no máximo, 90 (noventa) dias antes da data das Demonstrações Contábeis da controladora e ajustadas por eventos subseqüentes relevantes.
- d) no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, podem ser compensados os saldos ativos e passivos, exceto os com garantia real e independentemente da existência de direito de compensação.

47. A companhia ABC, de capital aberto, possui investimento relevante em uma sociedade controlada em conjunto. Em razão disso, avalia esse investimento pelo método da equivalência patrimonial, bem como procede à consolidação proporcional, nos termos da Instrução CVM nº 247/96. Em 31 de dezembro de 2006, em face da intenção de venda desse investimento e da avaliação econômica realizada por especialistas independentes, visando estabelecer os parâmetros de valor de mercado do investimento não-negociado em bolsa de valores, registrou provisão para perdas (montante relevante, decorrente da diferença entre essa avaliação econômica e o valor contábil apurado após a devida avaliação na data-base), em contrapartida do resultado do exercício. Nesse contexto, considerando o exposto, o Auditor Independente emitiu o seu parecer sem ressalva, considerando como adequado o procedimento adotado e as divulgações necessárias efetuadas em notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

Uma vez publicadas as Demonstrações Contábeis, a Comissão de Valores Imobiliários (CVM) determinou a sua republicação, após corrigido o procedimento julgado inadequado. O Auditor Independente não alterou seu parecer anteriormente emitido, fazendo constar parágrafo de ênfase com explicação sobre o ocorrido e com dupla data, após o que as Demonstrações Contábeis foram republicadas.

Identifique a alternativa correta em conexão com o acima exposto:

- a) a administração da Companhia corrigiu o equívoco contábil mediante registro da provisão para perdas na conta de lucros acumulados e republicou as suas demonstrações acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, o qual foi reemitido com dupla data, contendo parágrafo de ênfase.
- b) a administração da Companhia corrigiu o equívoco contábil mediante estorno da provisão para perdas e republicou as suas demonstrações acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, o qual foi reemitido com dupla data, contendo parágrafo de ênfase.
- c) a administração da Companhia manteve o procedimento contábil adotado por entender que ele encontra amparo nos princípios contábeis e interpôs recurso na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O Auditor Independente, ao receber o ofício da CVM, agiu da mesma forma que a administração da Companhia, não alterando seu parecer, embora reconhecendo que o procedimento adotado pela Companhia não está previsto na Instrução CVM nº 247/96.
- d) a CVM, embora com poder para determinar a republicação das Demonstrações Contábeis de companhias abertas, está equivocada, já que a Instrução CVM nº 247/96 contempla o procedimento adotado pela Companhia e está de acordo com os princípios contábeis previstos nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

48. A empresa ABC adquiriu, em 2 de janeiro de 2006, 80% de participação da Cia. Real por R\$ 900.000. Em 31 de dezembro de 2005, o patrimônio líquido contábil da investida era de R\$ 1.000.000. O ágio de R\$ 100.000 foi fundamentado na mais valia de bens do ativo imobilizado. No período pós-aquisição, e até 31 de dezembro de 2006, houve as seguintes movimentações no patrimônio líquido da Cia. Real.

INVESTIDA	R\$
Reserva de reavaliação dos ativos que fundamentaram o ágio	150.000
Lucro líquido do exercício	200.000
Recebimento de doação da prefeitura municipal de um terreno para construção da fábrica	600.000

Com base nos dados acima, qual o valor apurado pela aplicação do método equivalência patrimonial a ser reconhecido no resultado do exercício de 2006?

- a) R\$ 160.000.
- b) R\$ 480.000.
- c) R\$ 120.000.
- d) R\$ 640.000.

49. Qual dos eventos subsequentes não implica ajuste das Demonstrações Contábeis, nos termos da NBC T 19.12?

- a) o declínio do valor de mercado de investimentos.
- b) a venda de estoques com prejuízo.
- c) a determinação do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes da data do balanço.
- d) a descoberta de fraudes ou erros relevantes.

50. Uma entidade de auditoria foi contratada pela empresa para a qual presta serviços de auditoria independente das Demonstrações Contábeis para proceder a uma revisão específica e detalhada nas contas a receber de clientes. Ocorrida essa revisão, constatou-se a necessidade de efetuar uma conciliação entre o registro auxiliar das contas a receber de clientes e os registros contábeis, em face de divergências significativas entre os saldos. A entidade auditada propôs ao auditor realizar essa conciliação e efetuar os ajustes considerados necessários. Qual, entre as alternativas abaixo, não poderia ser aceita pelo auditor independente sob pena de se caracterizar perda de independência?

- a) realizar o trabalho, todavia ficando restrito à identificação dos problemas e à indicação dos ajustes a serem efetivados pela administração do cliente.
- b) realizar o trabalho de conciliação limitando-se à identificação dos fatores que motivaram o surgimento das diferenças apontadas.
- c) conduzir o trabalho e, como resultado, ajustar os saldos contábeis.
- d) recomendar a contratação de um profissional externo para execução das conciliações e identificação dos ajustes necessários.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 51. Comente sobre as condições para reconhecimento contábil de operações realizadas no exterior, dando ênfase à integração direta aos registros contábeis no país, equivalência patrimonial e consolidação.**
- 52. Descreva sobre os principais aspectos decorrentes da aplicação da Deliberação CVM nº 506/06, que trata da mudança de práticas contábeis, nas estimativas contábeis e correção de erros, notadamente quanto à elaboração e divulgação das Demonstrações Contábeis.**

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO
ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>